APRESENTAÇÃO

DOSSIÊ: LÍNGUA, DISCURSO E TRABALHO NA CONTEMPORANEIDADE

LUCIANA NOGUEIRA¹
RODRIGO OLIVEIRA FONSECA²
Organizadores

Programa de Pós-Graduação em Ciências da Linguagem
Universidade do Vale do Sapucaí - UNIVAS
Avenida Prof. Tuany Toledo, 470 – 37550-000, Pouso Alegre-MG – Brasil

Universidade Federal do Sul da Bahia
Instituto de Humanidades, Artes e Ciências do Campus Paulo Freire.
Praça Joana Angélica, São José, 45988-058, Teixeira de Freitas, BA - Brasil

lulunog@yahoo.com.br, rodrigoroflin@gmail.com

Resumo. *Com o propósito de apresentar este dossiê temático, o presente texto perpassa as transformações das relações de trabalho na contemporaneidade e o modo como as práticas de linguagem são afetadas e intervêm nessas transformações. As formas de designação dos trabalhadores, as discursividades em torno do trabalho, os dizeres acerca do desemprego e do desempregado, a marginalização e desvalorização de categorias de profissionais como as prostitutas e os tradutores, os discursos da qualidade, os movimentos semânticos entre trabalho e emprego, os sentidos de corporação e a universidade corporativa, os desafios dos profissionais de ensino de língua, a junção educação e trabalho, pensada em relação à EJA e ao trabalho no campo (língua e resistência), são os temas dos trabalhos aqui reunidos.*

Palavras-chave: *língua; discurso; trabalho.*

Abstract. *In order to present this thematic dossier, the present text goes through the transformations of work relations in contemporary times and the way in which language practices are affected and acts on these transformations. The ways in which workers are designated, the discourse about work, the talks about unemployment and about the unemployed people, the marginalization and devaluation of categories of professionals such as prostitutes and translators, the discourses of quality, the semantic movements between work and employment, the senses of corporation and the corporate university, the challenges of language teaching professionals, the*

¹ Docente e pesquisadora na Universidade do Vale do Sapucaí (UNIVAS), onde atua na graduação e no Programa de Pós-graduação em Ciências da Linguagem.

² Docente e pesquisador na Universidade Federal do Sul da Bahia.

combination of education and work, all of those thought in relation to Youth and Adult Education (EJA) as well as in relation to working on farm (language and resistance)... here we have described what the articles gathered in the present edition of Entremeios tackle.

Keywords: *language; discourse; work.*

Linguagem é trabalho e essa homologia “se baseia no fato de que ambos não têm um caráter nem arbitrário nem natural e assentam sua necessidade no fato de serem produção social, interação entre homem e realidade (natural e social)” (ORLANDI, 1984). A linguagem, como o trabalho, pode ser assim compreendida como ação que transforma – e que se transforma ao longo da história. Assim, uma questão que se põe é: como as transformações contemporâneas em torno das formas e dos processos de trabalho afetam a língua e estão nela marcadas? A crescente flexibilização e desregulamentação das relações empregatícias, ao lado do aumento do desemprego estrutural e do desalento, vem ampliando o número de trabalhadores subcontratados, temporários, terceirizados e autoempresariados (“pejotizados”, “empreendedores de si mesmos” ou “autoempreendedores”) em vários setores da economia, do transporte urbano à oferta de “serviços educacionais”.

Enquanto plataformas e aplicativos de serviços parecem fazer desaparecer a figura do empregador, fundindo-a imaginariamente com a do consumidor, todo o conjunto de novas tecnologias de comunicação e seus usos faz com que, mesmo em casos de relações empregatícias mais ou menos estáveis, sejam muitas as pressões em prol de uma indistinção entre esfera profissional e esfera privada, entre o que é e o que não é tempo de trabalho, e mesmo entre o que é e o que não é trabalho. Amplia-se, assim, e de modo exponencial, a disponibilidade dos trabalhadores para a venda de seu trabalho, cuja demanda é para que se torne cada vez mais flexível e menos restrito a funções pré-determinadas, como no caso dos chamados “funcionários-polvo”, e abdicando de salário e jornadas fixas quando se fazem os contratos de trabalho intermitente, permitidos desde a reforma trabalhista de 2017.

Essas novas modalidades de trabalho que, de diferentes maneiras, produzem para o sujeito do discurso sentidos de liberdade, se relacionam ao que Ricardo Antunes (2018) chama de nova morfologia do trabalho, na contemporaneidade, que implica numa flexibilização “sem margens”, que produz mais precariado no infoproletariado, por exemplo, quando pensamos aí o digital constituindo essa nova morfologia. Para Antunes:

Um grupo cada vez mais minoritário estará no topo dos assalariados. Entretanto, a instabilidade poderá levá-lo a ruir a face a qualquer oscilação do mercado, com seus tempos, movimentos, espaços e territórios em constante mutação. A esses se somam ainda uma massa de “empreendedores”, uma mescla de *burguês-de-si-próprio* e *proletário-de-si-mesmo*. Mas é bom recordar que há várias resistências nos espaços de trabalho e nas lutas sindicais a essas formas de trabalho que procuram ocultar seu assalariamento, por meio do mito do trabalho autônomo. (ANTUNES, 2018, p. 34)

Diante disso, perguntamos: como as práticas de linguagem são afetadas por esse conjunto de pressões e tendências? Como têm sido referenciadas as identidades profissionais e a própria condição dos trabalhadores? Como as pressões por maior produtividade e pela indistinção entre os tempos da vida privada e do trabalho atingem as discursividades em torno da utilização das redes sociais? De que formas o trabalho flexível é discursivizado em políticas públicas e iniciativas empresariais, como naquelas que têm alterado o currículo escolar? Quais as regularidades, dominâncias, evidências e falhas nos rituais do bem dizer em torno do trabalho, do trabalhador e das relações de trabalho? Que dizeres circulam em torno do corpo do trabalhador? O quanto, na contemporaneidade, o trabalho se configura discursivamente enquanto realização pessoal e/ou como condição inescapável? Quais são os atravessamentos entre essas questões e as que perpassam as temáticas de gênero, raça, cor, orientação sexual, nacionalidade, geração? As confusões e atravessamentos entre público e privado no âmbito do trabalho, que pressionam para que não haja limites de espaço e tempo para o dispêndio de trabalho, afetam as discursividades sobre o trabalho doméstico e sobre a divisão de funções em casa? Como as lutas e as resistências a essas pressões, tendências e processos deixam pistas, marcas materiais na língua?

Essas perguntas constituem um conjunto bastante amplo de questionamentos. Quando escrevemos a chamada para compor um número especial na Revista Entremeios, buscamos reunir artigos que, pelos estudos do discurso, abordassem materialidades discursivas dos mais diversos campos: político, jurídico, sindical, empresarial, da educação, do digital, do urbano, da saúde, da arte. Esta proposta de reunião de trabalhos se iniciou antes ainda, quando organizamos um simpósio na Abralín 50, intitulado *Língua e discurso em meio às transformações no campo do trabalho, na contemporaneidade*. Como continuidade desse trabalho e também a partir de projetos de pesquisa que temos desenvolvido atualmente, chegamos a esse trabalho de reunir artigos que abordam, de maneiras diferentes, práticas discursivas que incidem sobre as classes trabalhadoras, seus fazeres, situações, desafios e identidades.

Apresentamos, então, os 10 trabalhos que estão reunidos neste volume especial da revista: A designação dos trabalhadores como *empreendedores* e a responsabilização estrita dos sujeitos pelo seu sucesso profissional são dois dos temas analisados no artigo de Silmara Dela-Silva, *Dos discursos em seu funcionamento: a mídia, o trabalho, o trabalhador*, que passa também pela constituição de sentidos para o trabalho, o trabalhador e as relações trabalhistas em nossa atual conjuntura. Após apresentar análises produzidas por Maria Virgínia Borges Amaral e por Luciana Nogueira em um intervalo de uma década, Dela-Silva analisa duas peças publicitárias e o texto de uma mostra de trabalhos de estudantes. Vemos como, no fio do discurso, as condições de trabalho de um *empreendedor* e de um *trabalhador* são tomadas uma pela outra, em um processo sustentado pela evidência (ideológica) do fim das relações trabalhistas. Nas discursividades analisadas pela autora, contam as condições de circulação e a imbricação entre diferentes práticas midiáticas, notadamente entre os discursos publicitário e jornalístico e o modo como isso ressoa, na formação social, na formação para o trabalho.

Trata-se, acrescentamos, de um forte e contínuo ataque às condições de identificação da classe trabalhadora enquanto sujeito histórico e social específico. Esse processo é antigo e pode ter o seu início relativamente bem datado, no caso do Brasil, para o ano de 1938, quando o presidente ditador Getúlio Vargas dá início aos seus famosos pronunciamentos

do 1º de maio. Podemos ver isto no trabalho de Maria Emília Amarante Torres Lima (1990), realizado sob a orientação de Michel Pêcheux, sobre a construção discursiva do povo brasileiro. O que lá atrás implicou no apagamento da classe operária e, mais amplamente, dos trabalhadores, através da eficácia discursiva da noção de *povo* atrelada a uma mediação estatal, mais recentemente reproduz esse mesmo apagamento pela eficácia de um conjunto de termos (*empreendedor, colaborador, sócio,...*) atrelados a formas de intensificação da extorsão do trabalho.

No artigo de Juliana de Castro Santana e Ricardo Tadeu de Souza, *Um olhar discursivo sobre o trabalho, suas significações e efeitos no social*, os autores analisam certa discursividade do e sobre o trabalho que circula na sociedade, na atualidade, levando em conta a constituição histórica, ideológica e heterogênea em processos de significação e subjetivação, particularmente dois enunciados orientais que circulam na internet, com destaque para um atribuído a Confúcio, “Escolha um trabalho que ame e não terás que trabalhar um único dia em sua vida”, possibilitando, assim, entrever determinado jogo discursivo em funcionamento também no mercado de trabalho. Santana e Souza analisam efeitos produzidos pelas relações de trabalho da forma-sujeito histórica capitalista neoliberal, pensando a linguagem e práticas que afetam o social, mostrando o efeito polissêmico da palavra *trabalho*. Outro ponto interessante desenvolvido no texto é o efeito metafórico que ganhou a palavra *emprego* nas práticas discursivas sobre o trabalho. Considerando então a historicidade de *trabalho*, eles apontam como os sentidos de tortura em relação ao labor vão deslizando e passam a significar, na atualidade, não só sofrimentos corpóreos, como também psíquicos.

Podemos remeter a força da circulação dos enunciados analisados por Santana e Souza a certa espiritualidade imaginariamente abraçada hoje por executivos e pelo discurso capitalista empresarial. Slavoj Žižek discorre sobre esse tema em alguns de seus textos (como, por exemplo, em *Violência: seis reflexões laterais*, Boitempo, 2014): itens como gratidão, responsabilidade social, preocupação humanitária e, o que interessa mais aqui, liberdade de escolha, flexibilidade e resiliência, recheiam a emulação ideológica dentro das empresas. Em paralelo ao café sem cafeína, o trabalho, discursivamente afastado da tópica mais antiga do sacrifício (e da tortura, como lembram Santana e Souza), torna-se o trabalho (só) com prazer, da “sociedade hedonista” atual. Então, junto à alegre máxima da “flexibilidade contra a rotina”, pode-se enxergar o desfazimento de conquistas em torno de certa estabilidade e direitos trabalhistas, horas extras não contabilizadas, acúmulos e desvios de funções, e muito mais; ao lado dos apelos por espontaneidade, transparência e horizontalidade, que imaginariamente esgarçam as formalidades e hierarquias nas relações cotidianas de trabalho, pode-se ver o aprofundamento e a disseminação de técnicas de controle as mais sofisticadas.

Por trás de certa homogeneidade das categorias do desemprego e do desempregado, Sóstenes Ericson explora a realidade do *desalento* no Brasil, sua discursividade e efeitos sobre a própria categoria do trabalho enquanto *alento*, como um mecanismo discursivo parafrástico. Em seu artigo *Desalento: efeito de sentido da ofensiva neoliberal sobre o trabalho*, Ericson recupera a reflexão iniciada por Clarence D. Long na década de 1950 e mostra, em cima das análises que realiza, como, em meio aos índices nacionais históricos de desemprego dos últimos anos, um conjunto de 4,3 milhões de trabalhadores é discursivamente associado ao *desânimo* e *desistência* – característica própria do sujeito, e não da economia, das transformações do mercado de trabalho e de qualquer discussão

de fundo sobre o desemprego estrutural, que o artigo mostra estar sendo silenciada nesse processo. A mobilização do termo *desalento* funcionaria, assim, como um acontecimento enunciativo no discurso sobre o desemprego, uma “expressão referencial na cena contemporânea do trabalho no Brasil”, funcionando como um efeito ideológico da ofensiva neoliberal sobre o trabalho e os/as trabalhadores/trabalhadoras (as mulheres são maioria entre pessoas desalentadas). Vale dizer que o autor explora ainda os deslizamentos de sentido de desalento apontando para distintas formações discursivas, em relação à formação discursiva do desemprego.

Ericson mostra, ainda, o modo como o termo *crise*, formulado sem qualquer adjetivação e articulado ao termo *desemprego*, conduz a uma interpretação que restringe o problema a uma “esfera econômica” (cf. GUILBERT, 2011), autônoma em sua ordem e desdobramentos - tal como em outros discursos funcionam expressões acerca dos “humores do mercado” -, silenciando novamente quaisquer discussões acerca de uma crise do capital e suas implicações quanto ao reordenamento das forças produtivas. É a partir disto que o autor considera o desalento enquanto efeito de sentido que resulta da “fratura emprego-desemprego, em sua insuficiente capacidade de significar o que dela escapa”.

Visando analisar os processos de construção e reconstrução identitários de prostitutas ligadas à grife Daspu, Adriana Cunha explora a transitividade de processos na materialidade linguística de um conjunto de entrevistas. Seu artigo, *Profissão: prostituta. A incidência dos processos materiais em entrevistas com prostitutas da Daspu*, trabalha com a Análise Crítica do Discurso, filiada a Norman Fairclough, e, mais especificamente, com o significado representacional, o modo como os sujeitos constroem suas representações de mundo no gênero entrevista, que revelam as formas pelas quais apreendem a “realidade” e nela se posicionam. Cunha não se furta a apresentar a difícil e recorrente discussão acerca da escolha ou falta de escolha (com seus matizes) pela profissão de prostituta, ressaltando que nas entrevistas todas assumem o trabalho enquanto opção, o que se coaduna com sua luta em prol de direitos trabalhistas. Ou seja, a autora mostra, mobilizando conceitos da Gramática Sistêmico-Funcional, com base nas sentenças transitivas predominantes nas falas analisadas, a configuração identitária das prostitutas como atores que assumem a agência das ações, que defendem suas escolhas e o direito de exercer uma profissão.

Destaque-se, com a publicação aqui de *Profissão: prostituta*, a oportunidade um tanto rara de contarmos com abordagens discursivas diferentes numa mesma edição de periódico, que ainda permite, pelo enlaçamento temático do dossiê, uma ampliação dos nossos processos de conhecimento sobre as práticas discursivas de categorias profissionais diversificadas, ainda mais de um tema considerado tão controverso como este da prostituição como trabalho/profissão, reivindicando o “direito de não se integrar às normatizações arbitrárias”, como coloca a autora.

O crescimento gigantesco do volume de traduções demandado pelos processos de globalização e as consequentes transformações no trabalho dos profissionais da tradução são abordados por Giovana Cordeiro Campos no artigo *Mercado, tradução e rede eletrônica: discursividades em pauta*. Articulando os Estudos da Tradução e a Análise do Discurso, a autora examina textos de websites de empresas que ofertam serviços de tradução, visando compreender as discursividades sobre esse mercado de trabalho. A

dupla incidência de discursos empresariais e tecnológicos se daria em profusão, atravessados pelo discurso da qualidade total, para o qual as contribuições das análises de Maria Virgínia Borges Amaral são novamente lembradas. No modo como tem sido textualizado no âmbito da oferta de traduções na internet, o termo *qualidade* vai se esvaziando de sentidos, evocando também, a partir da ideia de “fidelidade total” na tradução, os “saberes” que tomam a língua como um código objetivamente manipulável, supostamente pertinente aos processos automáticos de tradução através de programas e plataformas. Ela nos mostra, de um modo bem interessante, como a contradição constitui esse discurso da qualidade total, já que “a evidência de sentido da qualidade total é desconstruída pela materialização das possíveis falhas do processo”.

Campos aborda também a questão da conectividade como algo que tem produzido grandes transformações nas relações humanas, notadamente no que diz respeito às trocas comerciais e profissionais. A rede é, assim, local de oferta e procura de traduções, um tipo de aparato do mercado de traduções. A tradução tornou-se uma “necessidade” para aumento de vendas e lucro, de maneira que o processo de tradução é determinado por modelos de gestão empresarial atuais, a partir de uma retroalimentação do discurso empresarial com o discurso tecnológico.

No artigo *O discurso do trabalho e suas múltiplas expressões materiais e ideológicas*, Maria Virgínia Borges Amaral busca demonstrar processos de produção e deslocamento dos sentidos de *trabalho* e *emprego* a partir das reformas trabalhistas apresentadas no Projeto de Lei nº 6.787/2016, aprovado em 2017 na sua forma definitiva. A autora discute o direito do/ao trabalho na história apontando que há um movimento contraditório do discurso que implica nas mudanças das formas de legalização do trabalho. Mediante revisão semântica, cultural, social, econômica e política, o discurso do trabalho é apropriado pelo capital e passa a significar emprego.

Amaral vai em Marx para compreender esse processo sócio-historicamente, no modo como o trabalho é subtraído do trabalhador “em troca” do emprego, o trabalho assalariado, a partir do que a autora explora a dimensão de um efeito metafórico entre *trabalho* e *emprego*, e chega aos dias atuais, em que “o capitalismo rompe com o contrato de trabalho assalariado por tê-lo esgotado, procurando criar outras formas de recompensa”. Já não há empregos para todos. Uma nova classe trabalhadora é condicionada a trabalhar em situações variadas que vão da informalidade ao subemprego, e mesmo quando empregados, a denominação de *parceiros*, *colaboradores*, *associados* impõe esmaecimentos, lacunas, desvios discursivos que incidem sobre relações de trabalho que apagam ou ressignificam o emprego. A expropriação do trabalho é então silenciada, e esse acontecimento “estimula o discurso da liberdade, do acordo e da negociação entre capital e trabalho, conduzindo o trabalhador à “aceitação dos novos tempos”, à aceitação das “evidências” produzidas pela ideologia”.

Para tratar desse efeito de apagamento, Amaral nos mostra que há o funcionamento de uma *desmemória* impedindo que seja dito que o desemprego é intrínseco a essa fase do capitalismo. Mas, a despeito dessa *desmemória* - efeito dominante dos discursos de trabalho e emprego - o que prevalece é o que ela chama de *efeito trabalho* (na relação com emprego), ainda que ressignificado, já que se fala em “trabalho por conta própria”, “trabalho informal” etc. O sentido de classe é também afetado por esse *efeito desmemória*, conforme Amaral.

Em *Do mesmo e do diferente: das corporações de ofício às universidades corporativas*, Maurício Beck e Karoline Teixeira partem de seu estranhamento com a designação “universidade corporativa” e oferecem aos leitores um percurso histórico de afinidades e distanciamentos entre trabalho e preparação para o trabalho, do ensino prático dos ofícios nas oficinas às primeiras universidades e às universidades corporativas criadas no século XX. Os autores, não se isentando de problematizar o lugar da universidade acadêmica no capitalismo, analisam o discurso das e sobre as universidades corporativas a partir de um vídeo jornalístico, voltando a atenção para a memória das palavras *universidade*, *educação* e *corporação*, e para o resgate discursivo de um imaginário de unidade e de trabalho em conjunto, presente nas corporações de ofício. Ao tratarem, assim, da historicidade dos sentidos de *corporação*, Beck e Teixeira mostram como o discurso sobre a universidade corporativa atualiza de um modo particular a divisão entre trabalho intelectual e trabalho braçal e desafia princípios do discurso liberal clássico: “O acontecimento da corporação moderna talvez marque um ponto de inflexão que ainda não conquistou plenamente seu alcance”.

Esse ponto de inflexão talvez possa ser encarado ao lado da muito antiga defesa do Conde de Saint-Simon (1760-1825) da soberania das empresas (cf. BERNARDO, 2004), da não intromissão estatal nos negócios das classes engenhosas agrupadas em empresas produtivas (na época dele, as indústrias), nos marcos atuais de uma soberania interna das corporações em torno de um programa de ensino e de trajetórias pessoais de promoção e liderança que não se restringem a uma arte ou ofício, mas plenamente ao sucesso de um “time”, de uma “família”, de uma “casa”, que é a empresa - com o detalhe de que, no Brasil, predominam as universidades corporativas ligadas a bancos, públicos e privados.

O trabalho docente com conhecimentos gramaticais na escola: entrelugar ou normativismo? é a contribuição de Letícia Melo Giacomini ao presente dossiê, em que aborda a insegurança dos professores recém formados de Língua Portuguesa em relação ao ensino de gramática e nos faz pensar de que modo o esvaziamento do ensino de conhecimentos gramaticais contribui para a reiteração do ensino das gramáticas normativas. Interessante observar que, mesmo o ensino de conhecimentos gramaticais sendo objeto de reflexões e críticas há muito tempo, ainda resta um ponto cego quanto ao trabalho dos professores em sala de aula. A autora afirma que “os professores nos parecem muito seguros daquilo que não devem fazer em sala de aula, mas sentem dificuldade em compreender, então, o que deve ser feito”. Essa é uma afirmação recorrente entre alunos de Licenciatura em Letras, sobretudo em período de estágio, de maneira que se dedicar a esta problemática é, de fato, um trabalho sobre a língua e sobre o trabalho dos profissionais do ensino de língua - dos professores - que é necessário e valioso.

Giacomini explora em seu artigo o conceito de *entrelugar* (cf. CORREIA, 2013), no qual “professores acabam por proceder a um 'mix' teórico, recorrendo à gramática normativa, em aulas focadas na norma-padrão”. Este *entrelugar* dá a ver diferentes concepções de língua que coexistem no processo de ensino: de um lado se ancoram no histórico-social e de outro nas práticas sociais de referência a partir da 'tradição escolar' de um ensino normativista dos conhecimentos gramaticais. A autora aponta para um caminho que não exclua o trabalho com os conhecimentos gramaticais na escola, mas sim os tome enquanto base, pontos de partida para refletir sobre a língua e problemas linguísticos socialmente relevantes, como ela nos indica.

Odinei Inacio Teixeira analisa manifestações do Ministério da Educação (MEC), em seu portal na internet, sobre a Educação de Jovens e Adultos (EJA), com destaque para aquelas que remetem ao público-alvo a ser atendido pelo programa, apresentado através da imagem de “uma infância denegada e marcada pela necessidade de trabalhar e romper com a escola”. Após analisar o “discurso matemático” no modo pelo qual o MEC apresentou esse público-alvo da EJA em 2001, e de abordar as propostas e desafios quanto à transposição das orientações curriculares para o espaço da sala de aula, o artigo de Teixeira, *Sobre a Educação de Jovens e Adultos - EJA: a educação e o trabalho para além da exclusão*, se debruça sobre uma emocionante campanha publicitária de 2016, o filme *Coração de Estudante*, produzido pelo MEC ainda na gestão da presidenta Dilma Rousseff. O autor parte de um *frame* do vídeo em que uma criança segura um livro de contos e, a partir disso, discute prováveis derivas de interpretação em torno do analfabetismo, das crianças e jovens do país que não frequentaram a escola na idade certa e acabam sendo estigmatizados, do lugar do acesso às obras de ficção no processo de letramento e cidadania, da realidade educacional do país e da baixa escolaridade. Na esteira disso, analisa ainda os movimentos da memória social em relação às obras ficcionais e à exclusão social e os gestos institucionais de combate a ela.

O autor salienta o jogo de imagens, de representações, alertando para a relação de forças em que a representação que faz o MEC dos sujeitos potenciais alunos da EJA interfere diretamente na oferta e na forma como o ensino público vai (ou pode) atender esses sujeitos, os quais também têm determinadas expectativas quanto à escolarização regular. Menciona a diversidade que é constitutiva dessa relação. Em sua análise, procura demonstrar que o movimento da memória e do arquivo representa a historicidade do sistema de educação no Brasil e “a agravante situação social excludente que assola, desde o início da colonização do país, principalmente, os sujeitos com pouca ou nenhuma escolaridade”. Destacamos o modo como o autor trabalha os sentidos de “contos brasileiros” em que a palavra “conto” diz não somente da ficção, mas da realidade social do país.

O trabalho no campo, a voz do sujeito camponês, as injunções à luta pela reforma agrária, os modos de dizer sobre e dos camponeses e suas lutas, são os temas trabalhados no artigo *Sobre luta, educação e trabalho no campo: um olhar sobre os boletins da Liga Camponesa de Galileia*, de Fabiana Ferreira Nascimento de Souza e Fabiele Stockmans de Nardi. Após observarem recorrências nos discursos de deslegitimação do movimento camponês no final da década de 1950 – “infiltração insidiosa e perseverante dos agentes comunistas”, “planos subversivos”, “credo vermelho”, ... –, as autoras analisam o modo como a Liga Camponesa de Galileia reagiu (e resistiu) a isso em suas publicações. Tratam do “entrelugar difícil de descrever e prenhe de contradições” que é o espaço de abandono/exploração do camponês, como elas lembram. Reunindo as “vozes” dos intelectuais e dos camponeses mobilizados em Galileia, os boletins constituem o que as autoras denominam “o discurso do camponês esclarecido”, em uma disputa intensa com as palavras e expressões que visavam a criminalização das ligas camponesas. Elas mostram como a resistência é então materializada no jornal “Liga”: humanizar o camponês, por meio da politização, foi uma forma de enfrentar o discurso dominante. É por uma “torção do discurso que se faz a resposta à criminalização do trabalho e das lutas dos camponeses”.

Fechamos assim esse dossiê com um artigo que traz a luta de uma categoria de trabalhadores contra a sua criminalização e desumanização, em condições bastante difíceis, e que estabelece uma estratégia de tomada das palavras do outro, o antagonista político, no caso as vozes do latifúndio, para a sua desconstrução e reconstrução em meio a outra matriz de sentidos. *Brasil, povo, Deus, liberdade, democracia*: a discursividade dos boletins tratou de tentar reverter os dizeres que interditavam aos camponeses as possibilidades de se constituírem enquanto sujeitos aptos para a vida social e política. Começamos essa apresentação afirmando que a linguagem (como o trabalho) pode ser compreendida como ação que transforma e que se transforma, e terminamos apontando para um caso concreto em nossa história. No Brasil, as lutas no campo nunca mais seriam as mesmas após o surgimento das ligas camponesas, ainda que o golpe de 1964 tenha sido dado também para as calar, na marra.

Começamos este texto de apresentação com um conjunto vasto de questões que, predominantemente, continuarão em aberto, como, por exemplo, a resistência dos trabalhadores - recorrentemente denominados de outras maneiras - aos “hipermodernos” modos de exploração do trabalhador e do trabalho, em suas diversas formas. Tema que nos mobiliza para próximos trabalhos.

REFERÊNCIAS

- ANTUNES, Ricardo. **O Privilégio da Servidão**: o novo proletariado de serviços na era digital. São Paulo: Boitempo Editorial, 2018.
- BERNARDO, João. **Democracia totalitária** - teoria e prática da empresa soberana. São Paulo: Cortez, 2004.
- CORREIA, Karoliny. **O ato de dizer na esfera escolar**: reverberações do ideário histórico-cultural no ensino da produção textual escrita. Dissertação. Mestrado em Linguística. Programa de Pós-Graduação em Linguística, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis-SC, 2013.
- GUILBERT, Thierry. **L’ “Évidence” du discours néolibéral**: analyse dans la presse écrite. Bellecombe-en-Bauges, França: Éditions du Croquant, 2011.
- LIMA, Maria Emília A.T. **A construção discursiva do povo brasileiro** – os discursos de Primeiro de Maio de Getúlio Vargas. Campinas: Editora da Unicamp, 1990.
- ORLANDI, E.P. Algumas considerações discursivas sobre a educação indígena. **Em aberto**, Brasília, ano 3, n. 2, abr/jun, 1984. Disponível em <http://emaberto.inep.gov.br/index.php/emaberto/article/viewFile/2193/1462>.
- ŽIŽEK, S. **Violência**: seis reflexões laterais. Trad. Bras. São Paulo: Boitempo, 2014.

Artigo recebido em: dez. de 2019.
Aprovado e revisado em: dez. de 2019.
Publicado em: dezembro de 2019.

Para citar este texto:

NOGUEIRA, Luciana; FONSECA, Rodrigo Oliveira (Orgs.). Apresentação [Dossiê: Língua, discurso e trabalho na contemporaneidade]. **Entremeios** [Revista de Estudos do Discurso, ISSN 2179-3514, on-line, www.entremeios.inf.br], Seção Estudos, Programa de Pós-Graduação em Ciências da Linguagem (PPGCL), Universidade do Vale do Sapucaí (UNIVÁS), Pouso Alegre (MG), vol. 20, Especial, Dossiê “Língua, discurso e trabalho na contemporaneidade”, p. 5-14, dez. 2019.

DOI: <http://dx.doi.org/10.20337/ISSN2179-3514revistaENTREMEIOSvol20pagina5a14>